

**Programa de Integridade do
Grupo Lavoro Agro Holding S.A**

Código de Conduta de Fornecedores e Clientes



Editado em setembro de 2020 – Departamento de Compliance.

**Sumário**

CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO	3
CAPÍTULO II – DEFINIÇÕES	3
CAPÍTULO III – OBJETIVO.....	5
CAPÍTULO IV – DIRETRIZES GERAIS DO RELACIONAMENTO COM TERCEIROS	6
CAPÍTULO V - CONFLITO DE INTERESSES	8
CAPÍTULO VI – DA PERMANÊNCIA E ACESSO DE TERCEIROS ÀS DEPENDÊNCIAS DE QUAISQUER DAS EMPRESAS DO GRUPO LAVORO	8
CAPÍTULO VII – SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO	9
CAPÍTULO VIII – MEIO AMBIENTE E UTILIZAÇÃO CONSCIENTE DE RECURSOS NATURAIS.....	10
CAPÍTULO IX – COMISSÕES, BRINDES, PRESENTES, ABATIMENTOS, DOAÇÕES E PATROCÍNIOS.....	10
CAPÍTULO X - PARTICIPAÇÃO DE COLABORADORES NAS EMPRESAS DE TERCEIROS.....	13
CAPÍTULO XI – LICENÇAS E AUTORIZAÇÕES POR ÓRGÃOS PÚBLICOS.....	13
CAPÍTULO XII – BOAS PRÁTICAS NO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES	14
CAPÍTULO XIII - LEI ANTICORRUPÇÃO, LAVAGEM DE DINHEIRO, TRÁFICO DE DROGAS E TERRORISMO	14
CAPÍTULO XIV – CONFIDENCIALIDADE.....	15
CAPÍTULO XV – PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS.....	16
CAPÍTULO XVI - COMUNICAÇÃO E DECLARAÇÕES À IMPRENSA	16
CAPÍTULO XVII - PROTEÇÃO DA MARCA E PROPRIEDADE INTELECTUAL	17
CAPÍTULO XVIII – AUDITORIA E TÉRMINO DE CONTRATO.....	17
CAPÍTULO XIX – APLICAÇÃO E ABRANGÊNCIA.....	17
CAPÍTULO XX - GESTÃO DA ÉTICA E O COMITÊ DE ÉTICA.....	17
CAPÍTULO XXI - REPORTE DAS VIOLAÇÕES E O CANAL DE TRANSPARÊNCIA	18
TERMO DE CIÊNCIA E ADESÃO AO CÓDIGO DE FORNECEDORES E CLIENTES DO GRUPO LAVORO....	20

CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO

Este Código de Conduta de Fornecedores e Clientes (“Código”) foi instituído com o propósito de levar ao conhecimento de todos os Terceiros que se relacionem com as empresas do Grupo Lavoro, conforme definições abaixo, os valores, diretrizes e parâmetros de atuação desejados nas relações mantidas.

As regras e diretrizes aqui contidas estão em observância ao Código de Conduta e Ética do Grupo Lavoro, sendo ambas de observância obrigatória a todos os Terceiros que se relacionarem com as empresas do Grupo Lavoro.

Em caso de conflitos entre os padrões definidos em leis, códigos, regras e regulamentos, os fornecedores ou clientes devem sempre seguir essa orientação geral:

Seja qual for o padrão mais conservador, esse é o que deve ser seguido. Assim, se uma Lei local entra em conflito com este Código, seguimos a Lei e informamos ao Comitê de Ética. Em contraposição, se uma prática comercial local entra em conflito com nosso Código, seguimos o Código. Ainda não tem certeza? Não hesite em pedir orientação através do Canal de Transparência indicado no Capítulo XXI abaixo.

CAPÍTULO II – DEFINIÇÕES

Todos os termos e expressões utilizados neste Código de Conduta de Fornecedores e Clientes com as respectivas iniciais grafadas em letras maiúsculas, ainda que no plural ou singular, masculino ou feminino, terão os significados que lhes são atribuídos a seguir:

“Administração Pública”: É o conjunto de órgãos, serviços e agentes do Estado, que desempenham a gestão e execução de atividades ou serviços públicos, nas esferas federal, estadual e municipal, para satisfazer as necessidades de toda a sociedade.

“Administrador(es)”: Refere-se aos Diretores Estatutários e aos membros do Conselho de Administração do Grupo Lavoro, no singular ou plural.

“Agente(s) Público(s)”: Significa toda pessoa que: (i) ainda que transitoriamente ou sem remuneração, exerça cargo, emprego ou função pública em qualquer órgão ou entidade da Administração Pública ou em empresa contratada ou conveniada para a execução de atividade objeto de concessão pela Administração Pública; (ii) exerça cargo, emprego ou função em empresas públicas



ou controladas pelo governo, incluindo sociedades de economia mista, bem como fundações públicas; (iii) integra partido político ou é candidato(a) a cargo político; e (iv) exerça cargo, emprego ou função pública em órgãos, entidades estatais ou em representações diplomáticas de país estrangeiro, assim como em pessoas jurídicas controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público de país estrangeiro ou em organizações públicas internacionais.

“Canal de Transparência”: É o meio de comunicação indicado no Capítulo XXI deste Código, especificamente criado para o reporte de ocorrências, denúncias, dúvidas e preocupações, servindo de instrumento para que Colaboradores e Terceiros possam relatar quaisquer questões relacionadas à infração potencial ou efetiva às normas deste Código, às Políticas e demais normas vigentes estabelecidas pelo Grupo Lavoro e em cada uma de suas empresas, estas válidas somente se em conformidade com as normas e leis em vigor e em linha com as regras aqui estabelecidas.

“Cliente(s)”: São as Pessoas Físicas ou Jurídicas que mantêm relação mercantil ou por qualquer outro meio lícito com o Grupo Lavoro, mediante a aquisição de quaisquer serviços prestados pelo referido Grupo.

“Código”: Significa este Código de Conduta de Fornecedores e Clientes.

“Comitê de Ética”: É o órgão não estatutário do Grupo Lavoro responsável por apoiar as ações que visem a assegurar a observância deste Código, manuais, roteiros, protocolos, normas gerais, portarias, resoluções, regulamentos, incluindo políticas instituídas por qualquer das empresas do Grupo Lavoro, estas válidas desde que em conformidade com as normas e leis em vigor e em linha com as regras aqui estabelecidas.

“Colaborador(es)”: Significa o público interno do Grupo Lavoro, ou seja, os sócios, diretores estatutários e os Empregados das empresas pertencentes ao Grupo Lavoro, incluindo seus administradores, estagiários e aprendizes, considerando todos os seus segmentos de negócios, marcas e divisões.

“Dado(s) pessoal(is)”: São as informações relativas a uma pessoa singular identificada ou identificável. É considerada identificável uma pessoa singular que possa ser identificada, direta ou indiretamente, em especial por referência a um identificador, como por exemplo um nome, um número de identificação, dados de localização, identificadores por via eletrônica ou a um ou mais elementos específicos da identidade física, fisiológica, genética, mental, econômica, cultural ou social dessa pessoa singular.



“Empregado(s)”: Significa o profissional que tem contrato de trabalho celebrado com o Grupo Trabalho, possuindo vínculo empregatício.

“Grupo Trabalho ou Trabalho”: Significa Trabalho Agro Holding S.A, suas controladas, coligadas e subsidiárias. Todas as menções ou referências feitas neste Código, ao Grupo Trabalho, devem ser lidas e interpretadas como válidas e aplicáveis a todas as empresas do grupo econômico da Trabalho Agro Holding S.A.

“Pessoa(s) Relacionada(s)”: Pessoas relacionadas a um Agente Público por qualquer razão, incluindo, sem limitação, membros da família ou parentes de Agente Público, tais como cônjuge, companheiro(a), irmãos, pais, filhos ou enteados, avós, netos, genros, noras, tios, sobrinhos, cunhados e sogros.

“Terceiro(s)”: Significa todo o público externo do Grupo Trabalho que se relacione com empresas integrantes do mesmo, sem vínculo empregatício ou estatutário, tais como os fornecedores de bens e/ou serviços (incluindo mas não se limitando às empresas de Representação Comercial, de Prestação de Serviços em geral e de agenciamento), Clientes, procuradores, consultores em geral e demais terceiros que mantenham ou pretendam manter relacionamento com o Grupo Trabalho, sob qualquer natureza e forma, bem como quaisquer pessoas físicas e/ou jurídicas subcontratadas e/ou vinculadas aos Parceiros.

“Vantagem(ns) Indevida(s)”: O termo Vantagem Indevida deve ser interpretado de forma ampla e inclui qualquer benefício (tangível ou intangível) que tenha valor ou que possa gerar ganho ou vantagem ao receptor, incluindo, sem limitação, dinheiro, equivalentes a dinheiro, como cartão-presente ou vale-presente, presentes, viagens, refeições de valores excessivos, ingressos, entretenimento, hospitalidade, hospedagem, patrocínios, bens ou serviços, os quais não tenham sido requisitados, contratados e/ou submetidos ao processo regular de homologação e registro de fornecedores e clientes estabelecido pelas empresas do Grupo Trabalho; bem como empréstimos, doações, descontos não disponíveis ao público em geral, informações privilegiadas, bolsa de estudo ou auxílio que estejam fora de políticas e regras vigentes e estabelecidas pelo Grupo Trabalho.

CAPÍTULO III – OBJETIVO

A missão, visão e valores das empresas do Grupo Trabalho estão baseados nos princípios éticos e de integridade e na atuação com os mais elevados padrões morais e de qualidade.



Assim, todos os Terceiros que se relacionem com empresas do Grupo Trabalho devem atuar em consonância com a missão, visão e valores do referido Grupo, bem como em consonância com todas as regras de conduta que lhe sejam aplicáveis, conforme estabelecidas no Código de Conduta e Ética da Trabalho, suas políticas e demais normas estabelecidas em seu Programa de Integridade, disponível nos websites do Grupo.

Este Código tem por objetivo principal divulgar os parâmetros de conduta esperados dos Terceiros nos seus relacionamentos com as empresas do Grupo Trabalho, ou quando atuarem em nome desta(s), se for o caso, conforme expresso em instrumento próprio.

Todos os Terceiros estão obrigados a aderir a padrões similares de trabalho, com ética e integridade nos negócios, a partir do cumprimento dos requisitos mínimos estabelecidos pela legislação vigente, pelo presente Código e todas as demais políticas e regras estabelecidas pelo Programa de Integridade do Grupo Trabalho, sem prejuízo das demais regras e condições contratuais que tenham sido ou venham a ser acordadas entre as partes contratantes em particular, conforme a natureza dos contratos estabelecidos.

As normas estabelecidas neste Código são gerais e se aplicam indistintamente a todos os Terceiros, independentemente de qual empresa, divisão ou marca do Grupo Trabalho estejam vinculados, bem como são válidas indistintamente a todos os níveis hierárquicos.

O presente Código de Conduta é abrangente, mas certamente não esgota todas as situações; poderão surgir casos não previstos e que possam suscitar dúvidas em relação à maneira adequada de proceder. Tais situações deverão ser esclarecidas junto ao Comitê de Ética através do Canal de Transparência indicado no Capítulo XXI abaixo.

CAPÍTULO IV – DIRETRIZES GERAIS DO RELACIONAMENTO COM TERCEIROS

O Grupo Trabalho prima por conduzir os seus negócios com integridade e transparência, dentro dos mais rígidos princípios da legalidade, respeito mútuo e idoneidade, esperando o mesmo padrão ético dos Terceiros com os quais pretende se relacionar.

Princípio da Boa-Fé: É compromisso dos Terceiros e das empresas do Grupo Trabalho, - e destas em relação a estes Terceiros -, atuarem dentro do princípio da boa-fé, com ética, integridade e transparência, de forma contributiva e por meio do atendimento das expectativas comerciais acordadas, que devem ser rigorosamente cumpridas e, ainda, observados todos os termos e condições estabelecidos pela legislação vigente.

Concorrência Leal: As tratativas e seleção de Terceiros são realizadas através de procedimento próprio que valoriza a concorrência leal, objetivando estabelecer relacionamentos com Terceiros de comprovada idoneidade empresarial, devidamente habilitados (técnica e legalmente), dispostos a atuar com adequado padrão de qualidade, sob condições comerciais compatíveis e a prazos razoáveis. Dessa forma, a efetivação da contratação é fundada em critérios objetivos, pautados no atendimento de requisitos técnicos, econômicos, comerciais e legais.

Sustentabilidade Ambiental: O Grupo Lavoro aprecia manter relacionamento com Terceiros engajados com a sustentabilidade socioambiental, que empreguem em suas atividades procedimentos relacionados à utilização de matérias-primas renováveis, materiais recicláveis, tecnologia limpa e uso consciente de recursos hídricos e demais ações em respeito e preservação ao meio ambiente.

Trabalho Escravo, Infantil e Diversidade: O Grupo Lavoro repudia e não tolera quaisquer Terceiros que se utilizem de trabalho escravo e infantil, discriminatório e que não promovam e respeitem a diversidade humana e social. Promover a inclusão social é responsabilidade assumida pelo Grupo Lavoro e este espera o mesmo dos Terceiros com quem se relacionar.

Internet: A criação, afiliação, participação ou colaboração pelos Terceiros em redes sociais, fóruns ou blogs na Internet, em qualquer meio de comunicação escrita ou virtual, e as opiniões ou manifestações que forem emitidas por eles jamais poderão apresentar qualquer vínculo ou menção ao Grupo Lavoro, seus produtos e Colaboradores, ficando expressamente vedados, exceto se previamente e/ou contratualmente autorizado pelos representantes legais do referido Grupo.

Imagem Institucional: Também não é permitida qualquer divulgação de imagem e materiais institucionais das empresas do Grupo Lavoro com conteúdo e/ou conotação política, religiosa, racista, antissocial, ilícita e/ou que de qualquer forma contrarie seus preceitos éticos e valores.

Legislação: Os Terceiros se comprometem a cumprir integralmente toda a legislação e regulamentações pertinentes e aplicáveis às atividades que desenvolvem, especialmente, mas não se limitando, àquelas que forem objeto do relacionamento contratual estabelecido com as empresas do Grupo Lavoro, tais como obrigações tributárias (ex. NCM, substituição tributária etc.), previdenciárias, ambientais, trabalhistas, dentre outras, sempre visando ao respeito e incentivo ao cumprimento legal por toda a cadeia a qual esteja inserido.



Condução de Negócios: A forma como o Grupo Lavoro realiza negociações é fundamental para a sua imagem e sucesso, tendo seus parceiros – ou seja, os Terceiros -, como seus principais aliados, com os quais assume os seguintes compromissos:

- Conduzir seus negócios com os Terceiros de modo justo, objetivo, transparente e profissional, no que se inclui tratar os empregados e/ou quaisquer prepostos do Terceiro que estejam a serviço nas dependências do Grupo Lavoro de forma compatível com as mesmas práticas locais de trabalho aplicadas a seus próprios Colaboradores;
- Analisar e reavaliar regularmente seus próprios programas e práticas para que estejam sempre alinhados com uma visão de relacionamento comercial responsável, sustentável e duradoura.

CAPÍTULO V - CONFLITO DE INTERESSES

O Grupo Lavoro repudia qualquer contratação e/ou estabelecimento de obrigação contaminada por conflito de interesse.

Considera-se conflito de interesse toda situação na qual um Colaborador ou Terceiro, esposa, filho ou parente próximo deste, possua interesses profissionais ou pessoais que tornem difícil o cumprimento, com imparcialidade, das suas obrigações com o Grupo Lavoro, ainda que nenhum ato antiético ou impróprio resulte dele.

Portanto, antes de celebrar qualquer relacionamento com o Grupo Lavoro ou promover qualquer ação junto aos seus Colaboradores, o Terceiro deve se assegurar de que nenhuma situação de conflito de interesse será ocasionada.

CAPÍTULO VI – DA PERMANÊNCIA E ACESSO DE TERCEIROS ÀS DEPENDÊNCIAS DE QUAISQUER DAS EMPRESAS DO GRUPO LAVORO

Os Terceiros devem, durante sua permanência nas empresas do Grupo Lavoro, respeitarem todas as normas e regulamentos internos, inclusive, não sendo permitido dentro dos escritórios ou áreas de trabalho, durante ou fora do horário de trabalho ou de prestação de serviço, jogos de azar e tampouco a realização de manifestações ideológicas, políticas ou religiosas, bem como o uso de ativos da empresa para estes objetivos.



O controle de acesso estabelecido pelas empresas do Grupo Lavoro - bem como a forma de identificação exigida -, deve ser respeitado por todos os Terceiros, sobretudo para garantir a segurança das pessoas, instalações e equipamentos.

A circulação de Terceiros deve ser feita em local autorizado e de forma adequada, obedecendo os critérios procedimentais estabelecidos, tais como o registro, entrada acompanhada, uso de crachá, uniforme etc.

A recepção social é reservada ao acesso e atendimento de visitantes, sendo inapropriada a permanência ou aglomeração, assim como a exposição de materiais ou documentos nela. Recomenda-se manter a urbanidade, boa ordem e cordialidade na Recepção, em preservação à imagem institucional do Grupo Lavoro.

CAPÍTULO VII – SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO

O Grupo Lavoro promove um ambiente de trabalho seguro e adota ações para proteger seus Colaboradores e Terceiros que atuem em suas dependências, prevenindo riscos inerentes ao trabalho. Sendo assim espera a mesma conduta de seus Terceiros, os quais deverão observar todas as normas internas de segurança e saúde ocupacional, bem como as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho, dentre outras aplicáveis.

É dever dos Terceiros atuar dentro dos mais altos padrões de excelência quanto à estrita observância de todos os protocolos, roteiros, normas, regulamentos, resoluções, procedimentos, regras e instruções aplicáveis à função que seus trabalhadores desempenharem, informando prontamente ao Canal de Transparência quaisquer riscos, não conformidades, fatos ou eventos que estejam colocando em risco a segurança e saúde de seus trabalhadores.

O Grupo Lavoro disponibiliza aos seus Colaboradores os Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) e espera que os Terceiros, com os quais se relacionar, também disponibilizem e obriguem seus trabalhadores a utilizarem.

O uso de EPI's é obrigatório a todos os Colaboradores, Terceiros e visitantes em áreas de risco, bem como para todas as atividades informadas pela segurança do trabalho. A não utilização de EPI's é infração grave ao presente Código.

É de responsabilidade de cada um dos Terceiros assegurar a observância das Normas relacionadas ao bem estar de seus trabalhadores, à saúde, segurança e ao meio ambiente ligado ou não às suas



operações, bem como é dever deles realizar continuamente treinamentos com os profissionais envolvidos na consecução de bens e serviços, garantindo o conhecimento das rotinas e medidas de proteção à saúde, à segurança e ao meio ambiente, cabendo ao Parceiro total e irrestrita responsabilidade por qualquer incidente.

Situações de emergência, como acidentes, devem ser tratadas com prioridade absoluta e de maneira responsável.

CAPÍTULO VIII – MEIO AMBIENTE E UTILIZAÇÃO CONSCIENTE DE RECURSOS NATURAIS

O Grupo Lavoro conduz seus negócios e atividades com responsabilidade social e ambiental, contribuindo para um desenvolvimento sustentável, protegendo e respeitando o meio ambiente, bem como visando à eliminação de impactos ambientais negativos que possam decorrer de suas atividades, por isso, espera a mesma atitude de todos os Terceiros com os quais se relacionar.

Todas as informações e questões relativas ao meio ambiente que possam impactar trabalhadores, a comunidade e o próprio meio ambiente devem ser tratadas de forma transparente, ética e responsável.

É dever dos terceiros atuar dentro dos mais altos padrões de excelência quanto à estrita observância de todas as normas, regulamentos e instruções relacionadas a questões de meio ambiente, devendo informar prontamente ao Grupo Lavoro quaisquer riscos, inconsistências, fatos ou eventos que estejam, em alguma medida, relacionados a tais temas.

CAPÍTULO IX – COMISSÕES, BRINDES, PRESENTES, ABATIMENTOS, DOAÇÕES E PATROCÍNIOS

As expectativas acordadas entre o Grupo Lavoro e Terceiros devem ser atendidas por ambas as partes, conforme os instrumentos jurídicos próprios, a legislação aplicável, este Código e os procedimentos e políticas estabelecidos pelo Grupo Lavoro. O Grupo Lavoro não observará qualquer dispositivo contrário aos preceitos legais e não alinhados às premissas éticas em que acredita, conforme previstas neste Código.

Neste sentido, os seguintes parâmetros são esperados pela Companhia:

- Comissões, “propinas” e abatimentos para Iniciativa Privada:



É terminantemente proibido ao Colaborador ou familiares deste oferecer, solicitar ou prometer, direta ou indiretamente, a qualquer Terceiro ou mesmo receber destes, quaisquer Vantagens Indevidas, tais como propinas, comissões, favores, abatimentos em compras ou contratações em geral ou qualquer outro tipo em nome próprio, de terceiro ou de qualquer das empresas do Grupo Trabalho.

Os abatimentos serão aceitos apenas se não representarem qualquer descumprimento legal, infração ao presente Código, políticas e procedimentos do Grupo Trabalho, e desde que aprovados expressa e previamente.

Se houver dúvidas, consulte o Comitê de Ética através do Canal de Transparência indicado no Capítulo XXI abaixo.

- Brindes, presentes e vantagens indevidas recebidos em decorrência de relacionamento com empresas privadas:

O Grupo Trabalho espera que o recebimento de brindes, presentes e gratificações de Terceiros sejam sempre evitados.

Para evitar o risco, a ocorrência ou até mesmo a aparência de uma relação imprópria, os Colaboradores e Terceiros eventualmente agindo em nome de empresas do Grupo Trabalho não devem oferecer, solicitar, obter ou aceitar presentes em geral, assim definidos como vantagens de qualquer natureza, tais como brindes¹, entretenimentos², patrocínios, doações, dentre outros (“Presentes”), no relacionamento com Terceiros de quaisquer das empresas do Grupo Trabalho, sejam eles existentes ou potenciais.

Poderão ser aceitos brindes somente quando dados espontaneamente e por cortesia por Terceiros, sem qualquer conflito de interesse e desde que o valor correspondente seja inferior a **R\$100,00 (cem reais)**. A autorização aqui prevista não se aplica para relacionamento com empresas públicas, tais como o Governo, Agentes ou Órgão Públicos. Para relacionamentos com órgãos públicos e Agentes Públicos, verificar Capítulo IX do Código de Ética e Conduta do Grupo Trabalho e Política de Combate à Corrupção, ambos disponíveis nos websites do Grupo.

¹A título de exemplos, são considerados brindes: canetas, camisetas, agendas, chaveiros, calendários, entre outros, que contenham a logomarca da empresa que ofereceu o brinde e que não possuam valor de mercado acima do(s) limite(s) estabelecido(s) neste(s) *Código de Conduta e Ética*.

² São exemplos de entretenimento: ingressos para cinema, eventos, shows, almoço, jantar, viagem, hospedagem etc.

Se houver dúvidas, consulte o Comitê de Ética através do Canal de Transparência indicado no Capítulo XXI abaixo.

- Entretenimento:

Fica vedada a oferta ou recebimento de vantagens relacionadas a entretenimento.

Não poderão ser promovidos ou encorajados pelos Terceiros que mantenham ou que pretendam manter relacionamento com o Grupo Trabalho, nem tampouco recebidos ou solicitados pelos Colaboradores, qualquer tipo de patrocínio para entretenimentos como festas de final de ano, *shows*, cursos e viagens, exceto se previamente submetidos e expressamente autorizados pelo Comitê de Ética do Grupo Trabalho, a quem compete avaliar se tais eventos se referem a casos não frequentes ou esporádicos, que não envolvam valores considerados excessivos e que não influenciem equivocadamente o julgamento do Colaborador.

Entretenimentos relacionados a entidades governamentais, Agentes e Órgãos Públicos devem observar o disposto nos Capítulos IX e X, do Código de Ética e Conduta do Grupo Trabalho e Política de Combate à Corrupção, ambos disponíveis nos websites do Grupo.

- Doações e Patrocínios que envolvam empresas privadas:

As doações feitas “ao” “ou” pelo Grupo Trabalho para entidades privadas, sejam elas para fins de pesquisa, de assistência à saúde, de educação, de filantropia ou para qualquer outra finalidade, devem ser atos descomprometidos, sem a geração de qualquer tipo de vantagem ou contrapartida material, bem como devidamente autorizadas por escrito pelas alçadas competentes.

As doações para entidades privadas devem ser expressas e previamente autorizadas pelo Departamento de Compliance do Grupo Trabalho, devidamente formalizadas e registradas contabilmente por este e pelos Terceiros, bem como aprovadas nos termos das alçadas societárias estabelecidas.

Patrocínios, da mesma forma, devem ser sempre recebidos ou pagos conforme diretrizes documentadas, e as contrapartidas devem estar detalhadas e explícitas em contrato formalmente firmado entre as partes. É vedado qualquer benefício ao patrocinador que não esteja devidamente expresso no contrato de patrocínio.



Doações e Patrocínios para entidades governamentais, Agentes e Órgãos Públicos devem observar o disposto nos Capítulos IX e X do Código de Ética e Conduta do Grupo Lavoro e Política de Combate à Corrupção, ambos disponíveis nos websites do Grupo.

CAPÍTULO X - PARTICIPAÇÃO DE COLABORADORES NAS EMPRESAS DE TERCEIROS

Não é aceitável que o Colaborador mantenha relação empregatícia ou de sociedade, formal ou informal, com clientes, fornecedores ou concorrentes do Grupo Lavoro, ou seja, com Terceiros. Por isso, não é aceitável que Terceiros aliciem e se aproveitem do relacionamento com o Grupo Lavoro para contratar seus Colaboradores.

Não é admitida a participação de qualquer Colaborador ou de seus parentes consanguíneos, em linha reta, até o primeiro grau, a título de sociedade ou no desempenho de função de gestão, com Terceiros relacionados ao Grupo Lavoro, durante a vigência do respectivo Contrato de Trabalho.

Inclui-se nessa vedação, a participação como sócio oculto em sociedades em conta de participação (sociedades de fato), consórcios, parcerias comerciais, ou quaisquer outros tipos de associação.

Exceção se fará quando tal participação se der em companhias de capital aberto, com ação em bolsas de valores, quando não ultrapassar 1% (um por cento) do capital social do Terceiro ou sob aprovação expressa do Comitê de Ética do Grupo Lavoro.

Sempre que houver dúvidas consultar o Comitê de Ética através do Canal de Transparência indicado no Capítulo XXI abaixo.

CAPÍTULO XI – LICENÇAS E AUTORIZAÇÕES POR ÓRGÃOS PÚBLICOS

Os Clientes e Terceiros que se relacionarem com empresas do Grupo Lavoro se obrigam a manter todas as licenças, habilitação técnica (inclusive responsabilidade funcional), certificações, registros, cadastros e alvarás necessários e/ou obrigatórios ao exercício da atividade que desempenhem, seja de armazenamento, transporte, utilização dos Produtos, fornecimento, destinação final, embalagens etc.

Os Terceiros se obrigam a, durante todo o tempo previsto na legislação aplicável e relacionamento contratual com o Grupo Lavoro, manter sua regularidade junto aos Órgãos Públicos, Autarquias e Autoridades municipais, estaduais, federais dentre outras reguladoras.

Os Clientes e Terceiros deverão informar ao Grupo Lavoro, por escrito e imediatamente, quaisquer dúvidas, restrições, irregularidades, dentre outras questões que afetem negativamente as autorizações necessárias para o exercício das atividades que contratarem com empresas do Grupo Lavoro ou representarem efeito adverso ao cumprimento das obrigações contratuais assumidas.

O não cumprimento deste dispositivo é considerado suficiente para a rescisão motivada de qualquer relacionamento jurídico firmado pelo Terceiro e Clientes com empresas do Grupo Lavoro.

CAPÍTULO XII – BOAS PRÁTICAS NO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES

Os Terceiros deverão adotar processos de trabalho confiáveis, ágeis e compatíveis com as melhores práticas de mercado e promovendo sempre a melhoria contínua.

Também deverão aplicar em suas atividades altos padrões de qualidade e boas práticas - conforme aplicável - de fabricação, armazenamento, transporte, destinação final, sempre visando o atendimento integral de todas as leis e regulamentos cabíveis, bem como o menor impacto possível ao meio ambiente – respeitados os limites legais.

CAPÍTULO XIII - LEI ANTICORRUPÇÃO, LAVAGEM DE DINHEIRO, TRÁFICO DE DROGAS E TERRORISMO

No relacionamento com empresas e empregados do setor privado ou com autoridades públicas, partidos políticos, repartições e órgãos públicos, sindicatos, serventuários da Justiça, funcionários públicos ou a estes equiparados, dentre outros, tanto os Colaboradores do Grupo Lavoro quanto de seus parceiros Terceiros estão proibidos de oferecer, prometer ou dar qualquer facilitação, vantagem indevida, seja a que título for, principalmente para manter, garantir ou obter benefício em troca negócios para a Grupo Lavoro.

A Companhia repudia veementemente a realização de tais atos, por ação ou omissão ilícita, direta ou indireta, bem como é totalmente contra a realização de quaisquer pagamentos, a título de gratificação ou o oferecimento de qualquer vantagem a terceiros em geral com quem tenha relacionamento, seja no âmbito comercial ou em decorrência de lei, regulamento ou norma, sobretudo em se tratando de autoridades do Governo, funcionários públicos ou a estes equiparados ou de qualquer forma relacionados, empresas estatais, autarquias e outros órgãos públicos, com o intuito de agilizar ilicitamente quaisquer projetos, contratos, serviços ou aquisição de produtos, ou



influenciar atos ou decisões de tais pessoas (físicas ou jurídicas), ficando os Parceiros Comerciais, outrossim, obrigados ao estrito cumprimento da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, regulamentada pelo Decreto nº 8.420, de 18 de março de 2015.

O Grupo Trabalho não aceita o uso de práticas fraudulentas, ou de qualquer tipo de corrupção em seu ambiente de negócios! Todos os Terceiros estão vinculados e devem cumprir a Política de Combate à Corrupção do Grupo Trabalho, disponibilizada nos websites do Grupo.

Da mesma forma, o Grupo Trabalho é frontalmente contra o menor sinal de qualquer ato ou atividade que, por ação ou omissão, signifique incentivo ou apoio a atos de terrorismo e tráfico de drogas, bem como a ocultação ou dissimulação da natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade de bens, direitos ou valores provenientes, direta ou indiretamente, de infração penal, nos termos da Lei nº 9.613, de 03 de março de 1998 e respectivas alterações trazidas pela Lei nº 12.683, de 09 de julho de 2012.

CAPÍTULO XIV – CONFIDENCIALIDADE

Nenhum Terceiro ou Colaborador está autorizado a utilizar Informação Confidencial do Grupo Trabalho, exceto se previamente autorizado por este ou determinado por ordem judicial.

Em razão do objeto contratado ou da atividade que exerça junto a empresas do Grupo Trabalho, o Terceiro poderá ter acesso a informações sobre os negócios do Grupo Trabalho ou qualquer de suas empresas. De qualquer forma, desde que o acesso tenha sido estritamente e expressamente autorizado dentro das regras deste Código e demais normas internas do Grupo Trabalho, toda e qualquer informação, seja de natureza técnica, operacional, jurídica, comercial, industrial, dentre outras, incluindo, mas não se limitando, a pesquisa, especificação, metodologia, formulação, insumo, composto, estratégias de negócios, dados financeiros, dados sobre salários, dados sobre clientes e fornecedores, informações sobre sistemas de apoio, qualidade etc., representa um ativo do Grupo Trabalho e a ele pertence exclusivamente, devendo ser considerada pelo Terceiro como “Informação Confidencial”. O mesmo se aplica para informações de Terceiros, protegidas por termos de confidencialidade firmados com o Grupo Trabalho.

A informação deve ser considerada como Informação Confidencial independentemente do meio pelo qual foi recebida, seja por meio escrito, eletrônico, digital ou verbal ou por qualquer outro processo de registro ou armazenamento de dados.



Qualquer Informação Confidencial deve ser mantida em absoluto sigilo, a menos que tal Informação venha a se tornar de domínio público pelo próprio Grupo Lavoro de forma inequívoca.

Os Terceiros devem zelar pelo sigilo e proteção das Informações Confidenciais e não poderão divulgá-las a qualquer terceiro não autorizado, sob qualquer título ou pretexto e nem reproduzir, reter, ceder, explorar ou dispor de tais informações em desacordo com o acordado com o Grupo Lavoro, sob pena de caracterização de crime de concorrência desleal, tal qual previsto no artigo 195, inciso XI, da Lei 9279/96.

Eventuais exceções somente são admitidas mediante prévia e expressa autorização formalizada por escrito pelo Grupo Lavoro, por meio de seus representantes legais, com poderes para tanto.

Sempre que houver dúvidas consultar o Comitê de Ética através do Canal de Transparência indicado no Capítulo XXI abaixo.

CAPÍTULO XV – PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

O Grupo Lavoro observa e adota estritamente as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (13.709/2018) para garantir o direito à privacidade e proteção dos dados dos cidadãos, adotando processos íntegros, seguros e transparentes para o tratamento dos Dados pessoais, ainda, o Grupo Lavoro somente aceitará Dados pessoais obtidos de forma lícita, para propósitos legítimos, não abusivos, e de conhecimento dos seus titulares.

A contratação e relacionamento com Terceiros pelo Grupo Lavoro poderá ser precedida por um processo de due diligence o qual acarretará no acesso de Dados pessoais dos indivíduos relacionados a eles, tais como sócios e administradores. É compromisso da Lavoro proteger tais dados e apenas retê-los durante o período necessário, descartando-os de forma segura e anônima, também de acordo com os dispositivos legais supracitados.

CAPÍTULO XVI - COMUNICAÇÃO E DECLARAÇÕES À IMPRENSA

O Grupo Lavoro mantém diálogo aberto e sistemático e se compromete a transmitir as informações necessárias com transparência e veracidade.

Os Terceiros não estão autorizados a realizar declarações à imprensa em nome do Grupo Lavoro e de suas empresas que compõem tal grupo, bem como acerca de suas atividades, Colaboradores, do contrato que firmar etc. Qualquer informação à imprensa que envolva o Grupo Lavoro, de qualquer

forma e por qualquer natureza, deve ser expressamente e previamente autorizada por escrito pelas alçadas competentes.

CAPÍTULO XVII - PROTEÇÃO DA MARCA E PROPRIEDADE INTELECTUAL

São patrimônios institucionais do Grupo Lavoro e devem ser sempre protegidos por todos os Colaboradores e Terceiros, as marcas, sinais distintivos, conhecimento produzido internamente e demais bens de propriedade intelectual do mesmo.

A propriedade intelectual de uma sociedade diz respeito ao seu direito de proteção as ideias e criações desenvolvidas internamente ou em parceria e inclui sua marca, patentes, direitos autorais, registro de *software* etc. Sendo assim, deve-se proteger a marca e a propriedade intelectual em relação ao mau uso, desvios ou utilização para benefícios pessoais. Essa proteção será respeitada pelo Grupo Lavoro em relação aos Terceiros com que se relacionar e o mesmo deve ser observado com relação à propriedade intelectual das empresas do Grupo Lavoro.

CAPÍTULO XVIII – AUDITORIA E TÉRMINO DE CONTRATO

O Grupo Lavoro poderá ainda, e sem que lhe recaia qualquer ônus, encerrar a relação jurídica mantida com Terceiros, nos termos da sua Política de Gestão de Consequências e regras contratuais eventualmente estabelecidas, sempre que seus interesses não forem atendidos ou ainda se verificada falha na observância do contrato firmado, das regras contidas no Código de Conduta e Ética do mesmo, do presente Código, das Leis e Regulamentos em vigor, bem como das políticas que integram seu Programa de Integridade, conforme disponibilizado nos websites do Grupo.

CAPÍTULO XIX – APLICAÇÃO E ABRANGÊNCIA

É obrigatório aos Terceiros que se relacionarem com o Grupo Lavoro, em âmbito Nacional e Internacional, o cumprimento deste Código e de todas as políticas integrantes do Programa de Integridade do mesmo. Nesse sentido, o Grupo Lavoro se reserva o direito de, sem que lhe recaia quaisquer ônus, encerrar qualquer relação jurídica mantida com Terceiros, sempre que verificar o descumprimento de obrigações de *Compliance*.

CAPÍTULO XX - GESTÃO DA ÉTICA E O COMITÊ DE ÉTICA

O Comitê de Ética do Grupo Lavoro é responsável por apoiar e promover ações que visem a assegurar a observância deste Código, incluindo demais manuais, protocolos, roteiros, procedimentos e políticas que tenham sido instituídas no âmbito do Programa de Integridade do Grupo Lavoro, visando à manutenção da ética no dia-a-dia de seus negócios e na conduta lícita junto a seus públicos interno e externo.

O Comitê de Ética é órgão colegiado, funcionará em caráter permanente, reportando-se ao Conselho de Administração do Grupo Lavoro, sendo-lhe assegurada estrutura própria e independente e será composto por, pelo menos, 3 (três) membros efetivos eleitos por referido órgão, os quais deverão possuir reputação e moral ilibada.

Cabe ao Comitê de Ética, dentre outras atribuições previstas em seu regimento interno:

- Avaliar permanentemente a atualidade e pertinência deste Código;
- Avaliar os casos de violação ao Código;
- Responder e esclarecer dúvidas dos Colaboradores e Terceiros;
- Recomendar soluções eficazes e oportunas aos conflitos éticos que eventualmente surgirem.

CAPÍTULO XXI - REPORTE DAS VIOLAÇÕES E O CANAL DE TRANSPARÊNCIA

O Grupo Lavoro incentiva aos Terceiros a realização de comunicações sobre violações ao presente Código e demais políticas do Programa de *Compliance*, não tolerando qualquer retaliação ou represália ao denunciante.

Todos que se relacionam com o Grupo Lavoro devem comunicar as violações ou possíveis violações às diretrizes deste Código e demais políticas e regras estabelecidas pelo Programa de *Compliance* do mesmo, por meio do Canal de Transparência, que está acessível em:

<https://contatoseguro.com.br/lavoro>

Os relatos podem ser realizados pelo denunciante de forma anônima, caso este prefira não se identificar.

Todas as situações reportadas serão avaliadas e as devidas tratativas conduzidas pelo Comitê de Ética do Grupo Lavoro dentro do mais estrito sigilo, com justiça, profundidade, tempestividade, respeito e razoabilidade.

O presente Código de Conduta de Fornecedores e Clientes do Grupo Lavoro foi aprovado pelo Conselho de Administração do Grupo.



TERMO DE CIÊNCIA E ADESÃO AO CÓDIGO DE FORNECEDORES E CLIENTES DO GRUPO LAVORO

O Fornecedor ou Cliente abaixo assinado DECLARA ter recebido uma cópia do CÓDIGO DE FORNECEDORES E CLIENTES DO GRUPO LAVORO, se comprometendo a sua leitura integral e solicitação de esclarecimentos para quaisquer dúvidas, bem como se obrigando ao pleno cumprimento do referido Código enquanto mantiver quaisquer relacionamentos com o Grupo Trabalho.

Por fim, DECLARA que todas as informações prestadas pelo mesmo para o Grupo Trabalho são corretas, completas e verdadeiras, bem como reconhece que a prestação de informações incorretas ou sua omissão podem resultar em consequências, conforme explicado no presente Código.

_____, ____ de _____ de _____.

Nome Completo do Fornecedor ou Cliente: _____.

CNPJ/CPF do Fornecedor ou Cliente: _____.

Nome do Representante Legal: _____.

Assinatura: _____.